



PARECER JURÍDICO Nº. 123/2020

Assunto: licitação – Pregão ELETRÔNICO.
Base Legal: Lei Federal N.º 10.520/2002 e
Lei Federal N.º 8.666/93.

Consulta

Trata-se de questão solicitada pelo Sr. Pregoeiro, que pede parecer quanto à minuta de edital do Pregão Eletrônico N.º: 029/2020.

Hipótese fática.

O MUNICÍPIO DE ALTAMIRA, solicita a contratação de empresa para Aquisição de Veículos diversos (Micro-ônibus, Van, Caminhão Pipa e Triciclo para coleta de lixo), conforme especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I), para contratações futuras e pedidos de bens e serviços– PBS n.º. 022/2020- SEMAD, nas fls. 002 a 004.

Junta-se aos autos o preço médio de mercado no valor de R\$: 2.453.605,04 (Dois Milhões, Quatrocentos e Cinquenta e Três Mil e Seiscentos e Cinco Reais e Quatro Centavos), nas fls. 065 a 069

Após a Divisão de Despesas – (Contabilidade) certificar a disponibilidade orçamentária (fl. 071), encaminhou os autos ao Sr. Pregoeiro para fins de realizar a licitação adequada à seleção dos futuros contratados, que fez juntar aos autos minuta de Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 029/2020.

Assim, em atendimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei Federal n.º: 8.666/93, essa consultoria jurídica passa a examinar.

Fundamentação Legal

Nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei Federal N.º 8.666/93, deve o Jurídico analisar a minuta do edital e do contrato sob o aspecto da legalidade, ou seja: se atendidos as exigências legais fixadas nas diversas leis que disciplinam a matéria.

Assim as licitações na modalidade de pregão são regulamentadas pela Lei Federal 10.520/2002, os editais precisamente no inciso III, do artigo 4º, vejamos:]1

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:



I – a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação e propostas, sanções por inadimplemento;

.....

Art. 4º A **fase externa** do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras;

III – do edital constarão todos os elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso.

Analisando a minuta *in casu* constata-se que ela atende a todas as exigências fixadas nesta lei.

CONCLUSÃO

Por todo exposto, com fundamento legal no art. 12 da Lei nº 10.520/2002, esta Assessoria Jurídica atesta a regularidade da minuta do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 029/2020, e manifesta-se pelo regular prosseguimento do feito.

Este é o parecer. SMJ

Altamira/PA, 06 de julho de 2020.

GABRIELLE LUZ DE ANDRADE PARANHOS

ADVOGADA

OAB – PA 26.711

Mat. nº 59578